



PROCEDIMENTO 2500000345_SA_18DI2025
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, SUPORTE E DESENVOLVIMENTO PARA
O SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO ACADÉMICA (SIGA) FENIXEDU
DA UNIVERSIDADE DE LISBOA (ULISBOA), POR LOTES

CONCURSO PÚBLICO
PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

Índice

CAPÍTULO I - Disposições Gerais	3
Artigo 1.º - Objeto de contratação	3
Artigo 2.º - Entidade Adjudicante	3
Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar	3
Artigo 4.º - Fundamento da escolha do procedimento	3
Artigo 5.º - Órgão Competente para prestar esclarecimentos	3
Artigo 6.º - Disponibilização das peças do procedimento	3
CAPÍTULO II - Apresentação de Proposta e habilitação	4
Artigo 7.º - Interessados	4
Artigo 8.º - Agrupamento de Concorrentes	4
Artigo 9.º - Documentos de Habilitação	4
Artigo 10.º - Prazo de supressão de irregularidades	5
Artigo 11.º - Documentos da proposta	5
Artigo 12.º - Idioma dos documentos da proposta	6
Artigo 13.º - Prazo e modo para a apresentação da proposta	7
Artigo 14.º - Preço anormalmente baixo	7
Artigo 15.º - Propostas variantes	7
Artigo 16.º - Prazo da obrigação de manutenção de propostas	7
Artigo 17.º - Critério de Adjudicação	7
Artigo 18.º - Prestação da Caução	7
CAPÍTULO III - Disposições finais	8
Artigo 19.º - Celebração do Contrato	8
Artigo 20.º - Falsidade de documentos e de declarações	8
Artigo 21.º - Legislação aplicável	8

CAPÍTULO I - Disposições Gerais

Artigo 1.º - Objeto de contratação

1. O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços de manutenção, suporte e desenvolvimento para o Sistema Integrado de Gestão Académica (SIGA) FenixEdu da Universidade de Lisboa (ULisboa), por lotes.
2. O presente procedimento corresponde ao código 72200000-7, Serviços de Consultoria e de Programação de software do Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), conforme definido pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, de 28 de novembro de 2007.

Artigo 2.º - Entidade Adjudicante

A Universidade de Lisboa sita na Alameda da Universidade, 1649-004 Lisboa, Telefone: 351 210 113 400, endereço de correio eletrónico geral.aca@reitoria.ulisboa.pt e outros contactos disponíveis <https://www.ulisboa.pt/info/contactos>.

Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Reitor da ULisboa no uso de competência delegada nos termos do Despacho n.º 5845/2024 de 23 de maio.

Artigo 4.º - Fundamento da escolha do procedimento

O tipo de procedimento adotado é o Concurso Público nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 16.º e dos artigos 130.º a 139.º, todos do mesmo código.

Artigo 5.º - Órgão Competente para prestar esclarecimentos

Nos termos do n.º 2 do art.º 69.º do CCP, o órgão competente para a Decisão de Contratar, delegou no júri do procedimento, a competência para prestar esclarecimentos.

Artigo 6.º - Disponibilização das peças do procedimento

1. As peças do procedimento são constituídas, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 40º do CCP, pelo anúncio, o programa de concurso e pelo caderno de encargos, bem como as demais documentações que dele façam parte integrante.

2. As peças do procedimento são disponibilizadas gratuitamente na plataforma eletrónica de contratação pública ACINGOV, acessível através do sítio eletrónico www.acingov.pt.

CAPÍTULO II - Apresentação de Proposta e habilitação

Artigo 7.º - Interessados

Podem responder ao presente Programa de Concurso os interessados que não se encontrem nas situações previstas no artigo 55.º (Impedimentos) do CCP, ou que, encontrando-se numa das situações descritas nas alíneas b), c), g), h) ou l) do n.º 1 desse artigo, demonstre que as mesmas poderão ser relevadas ao abrigo do disposto no art.º 55.º - A.

Artigo 8.º - Agrupamento de Concorrentes

1. As entidades que integrem um agrupamento concorrente devem designar um representante comum para praticar todos os atos no âmbito do respetivo procedimento, incluindo a assinatura eletrónica dos documentos da proposta e a receção de notificações e comunicações, devendo, para o efeito, entregar instrumentos de mandato, emitidos por cada um dos membros.
2. Todos os membros do agrupamento são solidariamente responsáveis perante a entidade adjudicante e, em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento deverão associar-se na modalidade de consórcio externo de responsabilidade solidária, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 9.º - Documentos de Habilitação

1. O adjudicatário obriga-se a apresentar no prazo de cinco dias úteis, a contar da data de notificação da decisão de adjudicação, os documentos de habilitação referidos no art.º 81.º do CCP:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP;
 - b) Certidão Permanente da empresa com indicação dos órgãos que vinculam a empresa;
 - c) Comprovativo da inscrição no RCBE;
 - d) Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea b) e h) do n.º 1 do artigo 55.º:
 - Certificados dos Registos Criminais dos titulares dos órgãos de administração, da direção ou da gerência;

- Certificado do Registo Criminal da empresa;
 - e) Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea d) do n.º 1 do art.º 55.º:
 - Certidão comprovativa da situação contributiva perante a Segurança Social;Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea e) do n.º 1 do art.º 55.º:
 - Certidão comprovativa da regularização da situação tributária.
 - f) Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, com exceção no caso do adjudicatário ser uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei (n.º 9 art.º 81.º do CCP)
2. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa, ou em língua estrangeira, desde que o adjudicatário os faça acompanhar de tradução devidamente legalizada.

Artigo 10.º - Prazo de supressão de irregularidades

No caso de serem detetadas irregularidades nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, o adjudicatário é notificado para supri-las no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Artigo 11.º - Documentos da proposta

Conforme disposto no art.º. 57.º CCP, a proposta a apresentar deve ser constituída pelos seguintes documentos:

1. Documento Europeu Único de Contratação Pública, nos termos do nº 6 do art.57º do CCP com as alterações promovidas pelo Decreto-Lei 111-B/2017 de 31 de agosto de 2017 e demais retificações, que deverá ser assinado pelo interessado ou representante com poderes para o obrigar, digitalizado e enviado num ficheiro, com a designação, por exemplo, Anexo_DEUCP.pdf;
2. Declaração sob compromisso de honra em como cumpre a empresa o estatuído no art.º 419.º A do CCP;
3. Documentos que, em função do objecto do contrato a celebrar e dos aspectos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, nomeadamente:

- Proposta com a identificação do lote a que está a decorrer, com a identificação do preço global da proposta para o lote 1, do preço global da proposta para o lote 2, e do preço/hora dos serviços a prestar no âmbito do lote 2, todos os preços em Euros e arredondado a duas casas decimais.
- 4. Documento descritivo com a identificação das competências que os perfis profissionais a mobilizar para a execução do contrato deverão possuir, especificando as habilitações académicas e experiência profissional relevante. Este documento deverá incluir referências a certificações, formação específica e áreas de especialização necessárias para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais durante a fase de execução, sem exigir a indicação nominal dos profissionais.
- 5. Declaração de compromisso do concorrente garantindo que, se adjudicado, constituirá uma equipa com a dimensão e os perfis exigidos.
- 6. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismo e por extenso, e não incluem o IVA. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismo.
- 7. No caso da apresentação de preços parciais e existindo divergência entre a soma dos preços parciais e o preço global indicado, prevalece, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
- 8. Todos os documentos são obrigatoriamente assinados individualmente pelo interessado ou representante com poderes para o obrigar, nos termos do n.º 4 do artigo 57.º do CCP, com recurso à assinatura eletrónica qualificada, nos termos do art. 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 9. Quando não seja possível, através do certificado digital qualificado, determinar a qualidade e os poderes de assinatura do membro da pessoa coletiva ou do assinante indicado no certificado, deve o concorrente apresentar, juntamente com os documentos submetidos, um documento oficial que ateste o poder de representação e assinatura, designadamente, a certidão permanente ou uma procuração devidamente reconhecida por autoridade competente.

Artigo 12.º - Idioma dos documentos da proposta

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Artigo 13.º - Prazo e modo para a apresentação da proposta

As propostas devem ser apresentadas via plataforma eletrónica ACINGOV até às 23h59m do 30.º (trigésimo) dia a contar da data de publicação do DRE e da respetiva disponibilização das peças do procedimento na plataforma.

Artigo 14.º - Preço anormalmente baixo

Não é definido nenhum preço anormalmente baixo.

Artigo 15.º - Propostas variantes

Não são admitidas propostas variantes.

Artigo 16.º - Prazo da obrigação de manutenção de propostas

O prazo de validade das propostas é de 66 (sessenta e seis) dias úteis contados da data de termo do prazo fixado para a sua apresentação.

Artigo 17.º - Critério de Adjudicação

1. Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos, a adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade monofator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço.
2. Em caso de empate foi estabelecido como critério de desempate o sorteio na presença dos concorrentes cujas propostas se encontrem em situação de empate, bem como dos elementos do júri.
3. É adotado o mesmo critério de adjudicação e critério de desempate das propostas para o lote 1 e para o lote 2.

Artigo 18.º - Prestação da Caução

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 88.º do CCP é exigida a prestação de caução.
2. Nos termos do n.º 1 do artigo 89.º do CCP o valor de caução é 5% do preço contratual.

CAPÍTULO III - Disposições finais

Artigo 19.º - Celebração do Contrato

1. O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão da reclamação.
2. A outorga do contrato, nos termos da alínea b) do n.º 3 do art.º 104.º, pode ser realizada por recurso a assinatura por meios eletrónicos, não podendo neste caso o prazo para a outorga e envio do contrato ser inferior a 3 (três) dias úteis.

Artigo 20.º - Falsidade de documentos e de declarações

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina, consoante o caso, a respetiva exclusão ou a invalidade da adjudicação e dos atos subsequentes.

Artigo 21.º - Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto nas peças do procedimento, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.